

PAULO RENATO DA SILVA, MARIO AYALA
FABRICIO PEREIRA DA SILVA , FERNANDO JOSÉ MARTINS
(COMPILADORES)

**LUTAS, EXPERIÊNCIAS E DEBATES
NA AMÉRICA LATINA**

**Anais das IV Jornadas Internacionais de Proble-
mas Latino-Americanos**

**Foz do Iguaçu
Imago Mundi / PPG - IELA UNILA
2015**

A imagem do índio através do tempo no Brasil

Ana Caroline Bonfim Pereira (Universidade Federal do Amapá; e-mail: ana.caroline_ap@hotmail.com)⁵;

Anderson Igor Leal Costa (Universidade Federal do Amapá; e-mail: anderson.igor.leal.costa@gmail.com)⁶;

Jocenildo Teixeira de Souza (Universidade Federal do Amapá; e-mail: jocenildoteixeira@gmail.com)⁷;

Resumo

Este presente artigo tem o objetivo de abordar a percepção do homem europeu, em relação aos povos nativos do Brasil, e quais relações foram travadas ao longo de cinco séculos, de acordo com a imagem e representação dos índios para esse homem “civilizado”.

Palavras-chave: Imagens, Índios, Brasil

Substract

This present article aims to address the perception of European man, when compared to the native peoples of Brazil, and relationships which were fought over five centuries, according to the image and representation of Indians to this "civilized" man.

Keywords: Image, Indian, Brazil

Durante cinco séculos, povos nativos, também chamados de “índios” quando os portugueses chegaram a suas terras e posteriormente a denominaram Brasil, têm sido incompreendidos, mal tratados, expulsos de suas terras, escravizados ou mortos, apesar de serem os legítimos donos dessas terras, foram duramente tratados, covardemente sufocados por todos os não índios que exerceram poder de comando no Brasil, com raras exceções em que se concederam direitos, equiparações a cidadãos brasileiros, pelo Estado, entretanto, boa parte da sociedade não reconhece como legítima a terra, os costumes, tradições e a cultura desses povos nativos.

⁵ Acadêmica do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, bolsista do PET - Programa de Educação Tutorial, integrante do GEPVIC (Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Violências e Criminalizações).

⁶ Acadêmico do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, bolsista do PET - Programa de Educação Tutorial, integrante do GEPVIC (Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Violências e Criminalizações).

⁷ Acadêmico do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá.

Apesar do encantamento *inicial*, com o “bom selvagem”, esse ser autóctone, que tinha uma cultura e uma modo de vida, bem diferente do modo de vida dos europeus que aqui chegaram, passaram a ser uma ameaça, seus costumes execráveis, portanto deveriam ser “civilizados” pelo europeu que aqui aportou, muito embora fosse ele o natural dessas terras, após a conquista do europeu, o mesmo é tornado exótico e estranho e sua própria terra, enquanto o estrangeiro se auto-proclama o agora “natural” dessas novas terras, essa relação conflituosa, de cinco séculos, na qual quem sempre perdeu foram os povos nativos das Américas, conseqüentemente do Brasil, será a tônica explorada, pois a busca da supremacia do “homem civilizado sobre o não civilizado”, leva a várias conseqüências, das quais os povos nativos são herdeiros e o Estado e sociedade presentes devem lançar um olhar diferente, mais humanizado, sob pena de ambos cometerem genocídio tão grave quanto os que foram cometidos ao longo da história.

O “Achamento” do Brasil

O Brasil foi descoberto no dia 22 de abril de 1500, pela frota comandada pelo navegador português Pedro Álvares Cabral. Na nau capitânea viajava um passageiro para Calicute, Pero Vaz de Caminha. Indicado para o posto de escrivão geral desta feitoria na Índia, ele aproveitou a oportunidade para escrever a “carta de achamento do Brasil”, tal carta, assim como a *Ilíada*, descrevera as belezas da nova terra e o deslumbramento do europeu com suas novidades que havia se deparado, incluindo povos que já estavam aqui há mais tempo que Portugal tornara-se um reino, na Europa. (GRUPIONI, 2000, p. 39).

Ora, sabemos hoje que as sociedades indígenas estavam implantadas no Brasil há mais de 12.000 anos e tiveram muito tempo para se transformar. Por outro lado, os ‘índios’ descritos pelos cronistas são essencialmente os Tupi e os Guarani do litoral, cujas sociedades e costumes eram muito distintos das tribos de outros grupos linguísticos ou étnicos existentes daquela época. (PROUS, 2006, p. 7)

Quando os portugueses aportaram na nova terra, quase por um acidente, não fosse à intencionalidade de descobrir novos quinhões a serem explorados, a exemplo do que já haviam feito ao longo da costa africana, contornando-a, até chegarem ao oriente distante da Índia e China, depara-se com uma terra muito estranha à europeia, similar em alguns aspectos à África equatorial e com alguma semelhança ao asiático, porém a terra brasileira era completamente singular, e com habitantes singulares também.

Antes mesmo do *achamento* do Brasil, o Vaticano estabelece as normas básicas de ação colonizadora, ao regulamentar, com os olhos ainda postos na África, as novas cruzadas que não se lançavam contra hereges adoradores e outro Deus, mas contra pagãos e inocentes. (Darcy Ribeiro,) e constava nos escritos do papa que seus povos escravizáveis por quem os subjugassem.

É perceptível que os portugueses não se preocupavam com as pessoas que moravam aqui no Brasil, no caso os índios. Eles tinham a preocupação de explorar a terra, primeiramente foi o pau-brasil, logo após os minérios; a intenção era de ocupar e explorar e levar subsídios as metrópoles para o fortalecimento da mesma. E isto era muito presente no livro de Paulo Prado, o Retrato do Brasil que relata um objetivo estritamente econômico e “aventureiro” do colonizador visto que não criava vínculos de identidade nacional, mas utilizava a colônia para “o enriquecimento fácil e rápido”.

No início a aproximação, deu-se de forma pacífica, sem maiores conflitos, visto que no litoral, do que hoje são terras baianas, encontraram um povo receptivo ao novo homem que aqui chegava, sem desconfiar do porvir dessa chegada e que na prática seria a tomada de posse suas e das demais terras do Brasil.

De toda forma o “achamento” do Brasil, foi apenas o começo da redução do homem natural de suas terras, tanto em população como na própria condição de exótico em sua própria terra, como vemos assim, o achamento foi conveniente ao português, como vemos nas palavras de Lúcia Bettencourt:

O termo ‘achar’, preferido por Caminha, sugere que se suspeitava da existência da existência da terra, e que o desvio na rota ensinada por Vasco da Gama nas instruções de navegação dadas a Cabral por escrito, se deveu ao propósito de encontrar aquilo mesmo que já se esperava encontrar – terra (...), a experiência de ver, pela primeira vez, uma região estranha, habitada por uma gente tão diferente dos povos conhecidos pelos europeus, fascina Caminha que descreve a terra e seus habitantes com detalhes de paisagista e retratista. (GRUPIONI, 2000, p. 39).

No início havia um verdadeiro encantamento, uma espécie de ufanía, embora poucos relatos tenham restado daquela época, eram cartas em forma de crônica que descreviam com riqueza de detalhes tanto a terra quanto as pessoas que aqui viviam.

A terra aparece sempre descrita como fértil, formosa, copiosa, de climas brandos, de águas fartas. Só o que muda é a opinião dos escritores quanto aos habitantes da região. Se Caminha os descreve sempre em termos altamente positivos, comparando-os, velada ou abertamente, aos habitantes do Jardim do Édem,

outros autores, vivenciando ou outro momento histórico, nos brindarão com descrições negativas ressaltando a crueldade e selvageria dos naturais da terra. (GRUPIONI, 2000, p. 41).

Caminha, ao escrever para seu rei está, mais do que narrando um descobrimento de terras, está fazendo um relato de cronista baseado em sua percepção e através do prisma europeu, a partir do qual surge, primeiramente a imagem de um povo amigável, ingênuo, inocente como habitantes do paraíso terrestre e que, passada a euforia da descoberta do novo, essa imagem vai aos poucos se desfazendo em cartas posteriores de outros cronistas, é o momento em que os portugueses se deparam com o exótico e esse exótico lhe causa estranheza e até aversão, e de acordo com os relatos das próximas cartas, onde tomamos conhecimento da antropofagia, das lutas, do modo de vida agitado e estranho de um povo cujos padrões se afastam tanto dos conhecidos pelos portugueses.

Quem lê os primeiros relatos sobre o Novo Mundo, observa que a descrição dos nativos da terra obedece a um padrão sempre igual: são seres belos, fortes, livres, ‘sem fé, sem rei e sem lei esse modo de vida era incompatível com o que os conquistadores tinham como paradigma de civilidade e tudo que deriva da mesma, pois como os nativos estavam agora na condição de súditos de um novo rei, portanto sob sua égide deveria haver mudança em seu modo de vida.

A tentativa de moldar o nativo através da religião

Tal modo de vida causava estranheza ao homem, que está, imerso na cultura religiosa cristã, e principalmente devido aos primeiros catequistas designados para o Novo Mundo serem da ordem jesuíta, cujos mesmos, eram herdeiros de uma ordem moral ortodoxa e conservadora e tinham uma organização hierárquica que em muito se assemelha à ordem militar eficiente de nossos dias. Coube a esses missionários o labor da evangelização do gentio selvagem, pois as práticas por aqui, eram tidas como horrendas, pagãs, idólatras, cujos praticantes deveriam ter contato com a civilidade e abandonar seus costumes.

Com o conhecimento dos costumes, os cristãos se veem convivendo com pessoas cuja ‘civilização’ mais se aproxima do paradigma de ‘selvageria’. Com um estilo de vida comunitário onde toda propriedade é dividida igualmente, com casas onde habitam várias famílias compartilhando tudo, com costumes sem paralelo com a experiência europeia, os indígenas vão merecer descrições que demonstram uma atitude atônita de quem não compreende bem o que descreve.

Contraposta à imagem boa e bela dos nativos, a ação da conquista ergueu outra, avesso e negação da primeira. Agora, os ‘índios’ são traiçoeiros, bárbaros, indolentes, pagãos, imprestáveis e perigosos. “Postos sob o signo da barbárie, deveriam ser escravizados, evangelizados e, quando necessário, exterminados.” (GRUPIONI, 2000, p. 12).

Quarenta e nove anos mais tarde (...). A visão idílica já não era mais possível aos olhos escolásticos europeus que viam costumes inaceitáveis entre os pagãos – poligamia, canibalismo, idolatria. O homem renascentista, com seu desejo de conhecer e entender dava lugar ao jesuíta desejoso de modificar e corrigir. (GRUPIONI, 2000, p. 41).

Os jesuítas eram bons observadores, entretanto como eram fruto da sociedade cristã, demonstravam mais que estranheza, chegavam a emitir verdadeiro juízo de valor sobre a civilidade, e com base na sua própria compreensão de civilidade, descreviam os índios como pessoas em ‘estágio bestial’, pois não se concebia o agir, do índio, como um agir civilizado, portanto o homem natural, era descrito como exótico e estranho, motivo pelo qual deveria ser “educado” nos moldes do homem europeu.

A construção simbólica, estereotipada, sobre os índios se iniciou com a tentativa de colonização dos europeus, especificamente com os portugueses e sua respectiva religião, liderada por jesuítas.

Em 1557, em seu ‘Diálogo sobre a conversão do gentio’, Padre Manuel da Nóbrega propõe-se a discutir se ‘eles (indígenas) têm alma como nós (europeus)’. O mérito deste texto está nas conclusões a que chega o Irmão Mateus Nogueira, alter-ego de Nóbrega. Estas conclusões explicam a selvageria como fruto das diferenças sociais entre europeus e indígenas. Com uma organização política tão distinta dos sistemas europeus, os índios brasileiros, apesar de sua condição humana, e, portanto, merecedora do esforço catequista, se apresentam como ‘bestas’ – estado do homem depois do pecado original. (GRUPIONI, 2000, p. 42).

E até mesmo o fato de não haver guerras constantes ou por motivos similares aos do homem “civilizado” europeu, quando os mesmos descrevem que não havia guerra por cobiça, porque todos tinham tudo em comum e nada além do que pescam e caçam e o fruto que toda árvore dá, mas somente por ódio e vingança; em tanta maneira que se dão uma topada atiram-se com os dentes ao pau ou a pedra onde a deram, e comem piolhos e pulgas e toda imundícia, apenas por se vingar do mal que lhes fizeram, como gente que ainda não aprendeu non reddendum malum pro malo. (GRUPIONI, 2000, p. 41).

A busca incessante de civilizar o autóctone brasileiro levou o governo português a empreender diversas missões ao longo do território brasileiro, muito embora não tenham sido somente os portugueses a aportar e explorar esse território, foi com o português que se travaram maiores conflitos, uma vez que, diferentemente dos franceses que estiveram no norte e no sudeste do Brasil e desenvolveram bom relacionamento, principalmente em nível comercial, com os índios locais, os portugueses por sua vez, agora não mais como “descobridores” e sim como conquistadores, passaram a exercer uma ação que oscilou entre a paz e a guerra, de acordo com Melatti:

Durante todo o período colonial, o Governo português, no que concerne à legislação sobre os indígenas, oscilou entre os interesses dos colonos, que desejavam escravizar os índios, e os esforços dos missionários, que tinham por objetivo convertê-los ao cristianismo e ao mesmo tempo fazê-los adotar os costumes dos civilizados. (MELATTI, 1986, p. 186).

Se considerarmos que os índios no Brasil, foram considerados em primeiro momento seres belos e formidáveis e que após os portugueses adentrarem no espaço e na cultura dos índios perceberam que a primeira impressão não era totalmente condizente com a realidade que os portugueses se deparam e que fizeram questão de corrigir a seu modo, pois de alguma forma ou o índio era amigo, caso adotasse a prática civilizatória portuguesa ou era declarado inimigo, com consequências, que iam desde a escravização à morte.

Para Freyre, o missionário é uma espécie de carrasco do indígena. Através de sua ação religiosa aconteceu degradação moral e destruição. O curumim por exemplo, era retirado de sua família para se moldar aos padrões europeus. “Dele o jesuíta fez o homem artificial que quis (Ibidem, p 214).

Muitos índios se tornaram civilizados e convertidos ao Cristianismo. O destino histórico dos índios “bravos” seria a extinção, segundo a historiografia, que ora destaca o extermínio indígena pelas guerras, epidemias e superexploração do trabalho e ora frisa a sua assimilação por meio de uma “mestiçagem e “aculturação”. Na visão de Vânia Maria Losana Moreira, “o índio” desaparece como sujeito distinto, seja pelo irreduzível e cruel extermínio físico, seja pela extinção de sua “pureza” biológica ou “autenticidade” sociocultural.

As práticas indígenas por aqui encontradas, não eram hegemônicas, pois havia diferenças marcantes entre as tribos espalhadas no território brasileiro, muito embora o paganismo, fosse objeto, pois não conheciam a fé cristã e os dogmas decorrentes dos mesmos, a poligamia era outro tabu para os cristãos, pois contrariava também seus preceitos religiosos, e o mais cruel para os

conquistadores, o canibalismo, pois o forte impacto das imagens de canibalismo no inconsciente europeu e mesmo na nossa contemporaneidade deve-se em grande medida à transgressão do tabu de não comer carne humana, (MELATTI, 1986, p. 57).

A redução da cultura indígena

A desvalorização da cultura Indígena ocorreu no decorrer da história quer no aspecto prático quer no campo científico. Depois que houve a perda do encantamento do Índio, os intelectuais se recusavam reconhecer as suas tradições e seus costumes como algo original e único. No Brasil, por exemplo, tem-se o exemplo de dois pensadores sociais brasileiros, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre, que apesar de exercer uma tentativa de uma nova compreensão sobre a formação da cultura brasileira, mostravam resquícios de um pensamento etnocêntrico.

A motivação da conquista e expansão territorial portuguesa em terras indígenas se deu, basicamente pelo fator preponderante econômico, entretanto teve como pano de fundo a questão religiosa, pois como Igreja e estado ainda mantinham uma espécie de personalidade comum, na qual o Igreja norteava os caminhos dos fiéis príncipes, os quais por sua vez levavam a cabo os ideais e ditames religiosos preceituados pela Igreja Católica.

Embora haja inúmeras motivações para se empreender o projeto de expansão do território, o que gradativamente reduziu as terras e conseqüentemente o número de índios no Brasil, na verdade, desde a chegada dos primeiros colonizadores até a atualidade, tem havido luta contra os índios, uma luta em que estes sempre saem perdendo. (MELATTI, 1986, p. 179).

Essas lutas e esses conflitos acabaram por dizimar a população indígena no Brasil, que agora vive restrita em terras demarcadas, muitos povos indígenas perderam a sua identidade cultural em razão da penetração da cultura do “não índio”.

Assim como os sertanistas de outrora, os sertanejos atuais, possuem ambições de explorar os recursos naturais de áreas indígenas e até mesmo, tentam utilizar a mão de obra indígena, de forma barata, para levarem a efeito seus empreendimentos, esses interesses ambiciosos favorecem a manutenção de preconceitos, que não somente desvaloriza o trabalho indígena, como também implica dizer que as terras indígenas seriam melhor aproveitadas se estivessem nas mãos dos *civilizados*. (MELATTI, 1986, p. 179).

Essa ideia vem sendo reforçada, por séculos e vem se materializando, na forma de leis que agridem o meio natural dos povos nativos, em benefício de interesses econômicos, ligados ao setor agro pecuário, em nome de uma pretensa modernização dos “civilizados”, por isso muitos povos naturais estão sendo mal tratados, perseguidos e expulsos de suas terras ancestrais e parte da sociedade alienada não intervém ou sequer lança um olhar para a causa das vítimas, por estar contaminada de preconceitos incutidos ao longo da história.

Atualmente o conceito de “aculturação” foi modificado por transculturação. E segundo Vânia Maria Losada Moreira:

“Os índios não transitam diretamente da situação “tribal” para a de “povo” ou “brasileiro”, como supôs Caio Prado Júnior e ainda supõe o senso comum. O percurso não é uma linha reta, sem contradições e mediações, mas antes uma transformação de “índios específicos”, portadores de línguas e cultura particular, para a condição de “índios genéricos”.

Diferentemente do pensamento de Caio Prado Júnior, na atualidade, o índio é reconhecido como um agente histórico e social que transforma e é transformado pelo processo colonial (Almeida 2003), seja na história do tempo presente, prenhe de exemplos de ressurgimento étnico (Oliveira 1999a). Porém é inevitável reconhecer que a sua história foi construída com base na humilhação, sofrimento, violência e mortes.

Portanto, dos poucos povos que restam, não se tem certeza se continuaram vivos para preservar sua história, ou se, serão levados a miscigenação como forma de garantir, pelo menos, um legado na memória de seus sucessores. A percepção que se tem é a de que cada vez mais, os poucos que restam, estão fadados a serem os últimos de sua cultura, num espaço cada vez menor.

Considerações finais

Os índios de hoje sofrem com a herança que, o português, o sertanejo e o não índio deixaram ao longo de cinco séculos de exploração e expropriação em seu próprio território, apesar de leis que garantem alguns direitos, não há como negar que o verdadeiro dono do Brasil tenha sido vilipendiado, mal tratado, usurpado de todo um patrimônio cultural e natural que o mesmo era o legítimo herdeiro.

Grande parte dos habitantes das cidades tem uma visão romântica do índio. Fazem do índio um ser naturalmente bom. Tal visão foi cultivada por pensadores europeus do passado, baseados

nos dados dos primeiros viajantes, e culminou nas ideias de Rousseau a respeito da bondade natural do Homem. Romancista e poetas brasileiros, sobretudo José de Alencar e Gonçalves Dias, foram responsáveis pela divulgação dessa visão romântica do índio: o índio ativo, cortês, corajoso. Nina Rodrigues apresenta uma razão para o cultivo de tais idéias sobre o índio do Brasil. Segundo este autor, os fatores sociais que levaram o Brasil à independência foram acompanhados de um sentimento de oposição e antagonismo contra os portugueses, que concorreu para quebrar os laços de continuidade afetiva e dar aos brasileiros consciência de uma vida autônoma. (MELATTI, 1986, p. 194).

O Estado oscila entre o protecionismo genérico, mostrando que o índio é importante para a identidade nacional, mas ao mesmo tempo, este se transforma em um empecilho para o progresso, por exemplo, atividades econômicas que estão a ser desenvolvidas pelo capital privado em áreas indígenas que possuem riquezas naturais, como minério, madeira e locais que são propícios para o agronegócio ou criação de projetos de desenvolvimento do governo federal como a construção de Hidrelétricas, mas são impedidos por movimentos sociais indígenas. Exemplos como o massacre de 14 índios Tikuna no Igarapé do Capacete em 1988, a tragédia nos Ianomâmis no auge da atividade de garimpagem e problema atual da implantação da Hidrelétrica de Belo Monte que está causando consequências alarmantes e prejudiciais as comunidades indígenas que mora na redondeza. Para os planejadores governamentais, os índios são um “problema ambiental para as grandes obras de engenharia”. E estes pensamentos resulta em mortes e conflitos Inter étnicos. O conhecimento tradicional indígena, dos remédios naturais a perfumes e decorações corporais tem sido utilizado pela Indústria Farmacêutica, de Cosméticos e outros mercados nacionais e internacionais que usam destes valores tradicionais para auferirem lucros exorbitantes. Existem debates que o Índio não pode ser mais confundido com a natureza, um ser similar aos animais; pois eles se constituem como grupos humanos e culturalmente diferenciais. Infelizmente, as terras indígenas são vistas como fontes de matérias primas e de riqueza. Algumas tribos vendem madeiras para empresas nacionais e internacionais e liberam para a exploração de garimpagem, porém é necessário analisar este fenômeno com cautela, visto que estas ações são resultantes de um desrespeito por parte do Estado por não proteger as terras indígenas e de alguns empreendedores do agronegócio que se aproximam dos índios somente para cunho lucrativo, forçando estes a utilizar uma alternativa que proteja as suas terras e identidade de seu povo.

Hoje em dia, no entanto não há um pensamento homogêneo sobre a imagem do índio, por todos os ângulos que se olhe sempre haverá uma contaminação no modo de pensar e de imaginar o

índio no presente, pois se para muitos é necessário preservação do mesmo, com sua língua, códigos, cultura ideológica e material, para que possam ser estudados e compreendidos, como uma herança cultural viva, cuja ancestralidade desconhecemos, para que se possa apreender o que esses povos têm a oferecer ao não índio e à sociedade moderna de modo geral.

Há quem queira defender a cultura dos autóctones, meramente pelo seu direito de ancestralidade e propriedade de um território que outra fora deles, esses encontram resistência junto ao latifúndio e minifúndios quem invadem para explorar os recursos naturais de terras demarcadas ou em conflito por demarcação.

Há também aqueles que buscam a preservação, com integração desses povos, com a sociedade moderna, muito embora, na prática ocorra o cerceamento dos direitos primários dos indígenas, no momento em que são equiparados aos não índios, pois se forem cidadãos brasileiros comuns, perdem a tutela do Estado.

Entre tantos interesses diversos, os povos nativos são olvidados sobre o que realmente querem, pois durante cinco séculos, não se ouve a voz dos mesmos, são apenas tidos como estranhos na sua própria terra de herança, desde a chegada dos portugueses o natural (os nativos da terra-índios) tornou-se exótico e o exótico (portugueses) tornou-se natural.

Essa percepção de que foram, ao longo do tempo, usurpados de sua própria terra, foram forçados e muitas vezes reduzidos a escravos, esses povos têm, e o Estado atual e a sociedade presente têm uma dívida impagável, herança desses quinhentos anos, que não foram eles que contrariam essa dívida, entretanto são responsáveis pelo reparo que deve ser efetuado da melhor forma que possa amenizar, pelo menos, os agravos causados aos povos nativos do Brasil.

Referências

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Índios no Brasil. 4º Ed, São Paulo: Global, 2000.

MELATTI, Júlio Cesar. Índios do Brasil. 5º Ed, São Paulo:HUCITEC, 1986.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. História, etnia e nação: O Índio e a formação nacional sob a ótica de Caio Prado Júnior. 63-84, Memória Americana 16, 2008.

PROUS, André. O Brasil antes dos Brasileiros: a pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

RIBEIRO, Darcy (org.). Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 4^a Ed, Petrópolis: Vozes, 1982.